

Cristiano Cordeiro: um comunista pernambucano e a formação do “Brasil moderno”

Cristiano Cordeiro: a communist from
the state of Pernambuco and the
formation of “modern Brazil”

Amanda Marques de Carvalho Gondim *

Edson Tenório **

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.005>



RESUMO

O artigo trata da formação do Partido Comunista do Brasil sob a perspectiva da modernização nacional, considerando nesse aspecto a industrialização e o surgimento de uma classe operária como consequência. O enfoque dado sobre o partido é a trajetória de um de seus fundadores, Cristiano Cordeiro, pernambucano que participou em Niterói (RJ) das primeiras reuniões oficiais. A metodologia para esse tratamento foi a análise da história oral realizada em 1982 e registrada pelo Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco e do livro de Souza Barros *A década 20 em Pernambuco*, publicado em 1972, e conta com várias passagens de citação direta do personagem apresentado neste artigo. E. P. Thompson, Paul Thompson, Helena de Lorenzo e Wilma da Costa, Marcelo Matos e Antonio Gramsci dão a diretriz teórica para substanciar o percurso metodológico escolhido. Partimos da seguinte questão: como a fundação do Partido Comunista do Brasil e, no caso particular de Pernambuco, a ação de Cristiano Cordeiro estão inseridas nos elementos de modernização da sociedade brasileira? Objetiva-se com este artigo contribuir com a discussão acerca do Modernismo e da revolução nos anos 1920, marcados por transformações na organização da classe trabalhadora em seus aspectos sociais e políticos. Busca-se entender a fundação do Partido Comunista do Brasil e seus atores na condição de protagonistas desse momento da história do Brasil. Espera-se com este ensaio estimular o desenvolvimento de pesquisas que problematizem o Partido Comunista e seus atores como elementos contribuintes da modernização nacional.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil. História oral. Intelectual. Pernambuco. Classe operária.

ABSTRACT

This paper aims to explain the formation of the Communist Party of Brazil from the perspective of the country's process of modernization, considering the industrialization and the making of the Brazilian working class. The central point is the contribution given by Cristiano Cordeiro, one of the party's founders. He was born in Recife (PE) and participated in the party's first official meeting, which was held in Niterói (RJ). The methodology is based on oral history, highlighting Cristiano Cordeiro's testimonies which were recorded in 1982 and today are stored in Fundação Joaquim Nabuco archives. It was also used as a research source the book *A década 20 em Pernambuco*, published in 1972. E.P. Thompson, Paul Thompson, Helena de Lorenzo and Wilma da Costa, Marcelo Matos, and Antonio Gramsci provide the theoretical guidelines to substantiate the chosen methodological path. The intention, above all, is to contribute to discussions on modernism and revolution in the 1920s, a time full of transformations concerning the organization of workers and other social and political aspects. The Communist Party of Brazil and its members acted as major players in a very rich moment of Brazilian history. It is our intention to contribute and stimulate researches to ask about the foundation of the Communist Party of Brazil as an important source of Brazilian modernization.

Keywords: Communist Party of Brazil. Oral history. Intelectual. Pernambuco. Working class.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, como reflexo do processo de modernização da sociedade brasileira no início do século XX. Para tanto, procura situar a participação de um militante do estado de Pernambuco, Cristiano Cordeiro, nesses eventos, e problematizar a emergência de novos atores políticos, sobretudo da nascente classe operária, na formação do que se convencionou chamar de “Brasil moderno”.

Concordamos com a visão de De Lorenzo e Costa (1997), que não compreendem a expressão “Brasil moderno” como isenta de polêmicas. Ela é entendida mais como ponto de partida para propor questões e situar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, sobretudo na década de 20 do século passado. O Brasil viveu naquele período “uma espécie de ‘aceleração da história’, com a emergência de novos atores políticos (classe operária, camadas médias urbanas, militares) e novas ideias” (DE LORENZO; COSTA, 1997, p. 8). Essas ideias se expressavam no plano da política e nas transformações da sensibilidade e do gosto. No campo político, os operários iniciavam sua organização no movimento sindical e surgiam os primeiros partidos vinculados às causas proletárias. No campo cultural, a sensibilidade e o gosto coletivos começavam a apresentar mudanças a partir dos anos 1920, questionando os eurocentrismos e propondo novas ideias, que iriam suscitar formulações teóricas acerca da própria identidade nacional. Para o presente artigo, as transformações em destaque estão no processo de surgimento e aumento da classe operária em decorrência da proliferação de indústrias no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Como consequência, vê-se o surgimento de novas formas de organização dos trabalhadores e de lutas por direitos laborais, além da fundação do Partido Comunista do Brasil.

As discussões em torno da formação do “Brasil moderno” tendem a tomar como marco simbólico a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922.

O marco simbólico é o ano de 1922, identificado com a ruptura com o padrão cultural bacharelesco vigente. No entanto, vários eram os indícios do crescimento “de um modo de pensar que se sabe contrastado, mas que sente a possibilidade de um desafio público”. O desafio público realiza-se através da Semana de Arte Moderna e, a partir dela, o Modernismo torna-se “um ponto de vista na história da cultura nacional” (LAHUERTA, 1997, p. 94).

Conforme Lahuerta (1997), a Semana de Arte Moderna em 1922 foi o espaço em que se publiciza o Modernismo sob um dado ponto de vista. Em março daquele mesmo ano, mais precisamente no dia 25 de março, ocorreu, na cidade de Niterói (RJ), a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Do evento, participou como delegado, representando o estado de Pernambuco, Cristiano Cordeiro. Dele trataremos mais adiante.

Concordamos com a visão de De Lorenzo e Costa (1997), que não compreendem a expressão “Brasil moderno” como isenta de polêmicas. Ela é entendida mais como ponto de partida para propor questões e situar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, sobretudo na década de 20 do século passado. O Brasil viveu naquele período “uma espécie de ‘aceleração da história’, com a emergência de novos atores políticos (classe operária, camadas médias urbanas, militares) e novas ideias”

O surgimento do Partido Comunista do Brasil está associado a um conjunto de fatores. O primeiro deles é o ainda incipiente processo de industrialização, iniciado no final do século XIX, e as conseqüentes mudanças no mundo do trabalho. Ainda em 1880, começaram a surgir greves nas fábricas das primeiras cidades operárias: Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Esses elementos, associados ao desenvolvimento do movimento operário e ao sindicalismo nascente, foram fatores que contribuíram para a fundação do partido. Como elemento externo, temos a influência da Revolução Russa de 1917. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 39), “o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário alternativo, dedicado à subversão nacional”, foi um ímã para as forças revolucionárias de todas as partes do globo. Os governos brasileiros, de diversos matizes, irão se apegar ao tema da “subversão nacional” para inserir o partido na ilegalidade e perseguir seus militantes em vários momentos da história.

Partimos, portanto, da seguinte questão: como a fundação do Partido Comunista do Brasil e, no caso particular de Pernambuco, a ação de Cristiano Cordeiro estão inseridas nos elementos de modernização da sociedade brasileira?

Para tentar compreender a personagem e avançar nas questões propostas acima, a nossa principal fonte será a entrevista concedida por Cristiano Cordeiro à pesquisadora Cristina Inojosa, do Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira (Cehibra), da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em 20 de maio de 1982, na

cidade do Recife (PE). Além dessa fonte, utilizar-se-á o livro de Barros (1972), *A década 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Nele, o autor cita textualmente testemunhos de Cristiano Cordeiro. Assim, o artigo traz como fontes principais um relato de história oral e a obra bibliográfica citada.

A primeira fonte diz respeito a rico acervo de entrevistas produzidas pelo Cehibra entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, com o objetivo de constituir acervo de relatos orais de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Pernambuco. Nesse acervo podemos destacar, além de Cristiano Cordeiro, comunistas históricos que atuaram no estado, como Gregório Bezerra, Abelardo da Hora e a primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa de Pernambuco, Adalgisa Cavalcanti. A segunda fonte retrata um período caro à República brasileira e que contou com a participação ativa do estado de Pernambuco e de suas personagens. O livro apresenta, além de Cristiano Cordeiro, outras personagens que deram sua contribuição para a história do estado e do país, reconhecendo a importância histórica dessa personagem no cenário social e político de Pernambuco e do Brasil.

De acordo com Thompson (1992, p. 22), a história oral “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. Sendo assim, quando a experiência de vida é relatada, nesse caso em particular pela própria personagem, a história ganha nova dimensão. Em se tratando de uma parte da história do Partido Comunista do Brasil, instituição marcada por longos períodos de ilegalidade e de perseguição dos seus militantes e dirigentes pelo Estado, a história oral tem a primazia de se justapor às versões oficiais.

A construção e a narração da memória do passado, coletiva ou individual, visa transmitir valores. “A encapsulação de antigas atitudes dentro de uma narrativa constitui uma proteção que as torna menos passíveis de representar uma reformulação presente e por isso faz delas uma evidência especialmente boa de valores passados” (THOMPSON, 1992, p. 185). Nesse sentido, os fatos do incidente descrito são o que menos importa, por transmitirem apenas uma verdade simbólica.

O livro ora apresentado também como fonte primária foi escrito por Souza Barros, apresentado por Luiz Luna como uma pessoa que “trazia no sangue o germe revolucionário dos homens do Areópago, dos republicanos de muitas conspirações” (BARROS, 1972, orelha do livro). Foi contemporâneo de Cristiano Cordeiro e, por isso, apresenta em sua obra citações diretas de ditos e escritos dele, resultado de conversas e epístolas. O livro aqui não aparece numa ordem hierárquica de importância ou veracidade, mas apenas como mais uma fonte identificada, no intuito de contribuir para o entendimento dos questionamentos feitos na elaboração do presente artigo.

Para tanto, a categoria atribuída a Cristiano Cordeiro para este texto é a de intelectual, ou seja, uma pessoa que deu contribuições sociais de natureza reflexiva. Sua formação acadêmica contribuiu nesse sentido, mas também é vista por outra perspectiva.

Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens (GRAMSCI, 1982, p. 7, grifos originais).

Se não é possível entender a existência do não intelectual, podem-se inferir os tipos de intelectuais. Há os intelectuais “tradicionais” (GRAMSCI, 1982, p. 13), ou seja, aqueles que meramente constatarem os elementos e características presentes na sociedade, dando continuidade ao sistema vigente. E há os “orgânicos” (GRAMSCI, 1982, p. 14), que pertencem a um grupo, refletindo sobre sua condição e interferindo nela, com vistas à alteração do estado de coisas.

Consideramos que as interpretações históricas são relativas à resposta que cada autor dá a questões análogas no presente. Ou seja, que qualquer leitura do passado, mesmo que controlada pela análise dos documentos, é também dirigida por uma leitura do presente. Dessa forma, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação. No caso do livro, escrito em 1972, o autor questionava os anos 1920 no estado de Pernambuco, contribuindo com pensamentos e intelectuais para o período brasileiro considerado não apenas pela modernização urbana e política, mas também cultural, do ponto de vista da elaboração de identidades consideradas nacionais e descoladas, pelo menos no intuito, do eurocentrismo.

Encarar a história como uma operação é compreendê-la, mesmo que de forma limitada, como a relação entre o lugar, os procedimentos de análise e a construção do texto. Nesse sentido, entende-se também que a história faz parte da “realidade” da qual trata, podendo ser apropriada enquanto “atividade humana”, ou seja, enquanto “prática”. Nessa perspectiva, a pesquisa começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Para Edward P. Thompson, os historiadores estão lidando constantemente com os fatos, classificando-os em grupos e em séries. Mas esses fatos não revelarão nada por si mesmos, o historiador terá de trabalhar arduamente para permitir que eles encontrem “suas próprias vozes” (THOMPSON, 1981, p. 40). Pois os fatos não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados. Além disso, o historiador examina vidas e escolhas individuais, e não apenas acontecimentos históricos (processos).

Para a personagem em questão, objeto deste artigo, o conceito que melhor a identifica é o de “intelectual assimilado” (AQUINO, 2007, p. 17). Em seu estudo sobre o governo de Manoel Calheiros, que foi o primeiro prefeito comunista eleito do Brasil,

na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE), Aquino identifica nele características da categoria de intelectual orgânico, cunhada por Gramsci (1982). No entanto, considera que, por não ser oriundo da classe proletária, “migrou do tradicional para o orgânico” (AQUINO, 2007, p. 17). O artigo versa sobre Cristiano Cordeiro, pessoa advinda de família de latifundiários e profissionais liberais, mas que conheceu uma realidade diferente após a morte do seu pai. Visando a uma melhor apresentação, este texto está dividido em quatro partes, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda parte, intitulada “A organização dos trabalhadores e a formação do ‘Brasil moderno’”, analisamos as associações de trabalhadores constituídas no final do século XIX e as mudanças que permitiram a fundação e consolidação dos primeiros sindicatos no Brasil. Identificam-se, ainda, os elementos de modernização dessas mudanças com o programa apresentado por Cristiano Cordeiro quando houve a eleição para a Assembleia Constituinte de 1933.

A terceira parte do artigo, sob o título “Cristiano Cordeiro: um comunista pernambucano”, é destinada à análise dessa personagem que participou da fundação do Partido Comunista do Brasil, sua atuação na sociedade ao longo de uma parte de sua história e sua contribuição direta para a construção do pensamento de modernidade inaugurado nas primeiras décadas do século XX. Nas considerações finais, apresentamos a ideia de que atores comunistas, a exemplo de Cristiano Cordeiro, foram importantes no processo de criação e difusão do “Brasil moderno”, objeto de debate em vários círculos sociais brasileiros da primeira metade do século passado.

2. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E A FORMAÇÃO DO “BRASIL MODERNO”

Em meados do século XIX, os países europeus viviam as contradições próprias da industrialização em curso e das suas experiências coletivas, o que permitiu o florescimento de teorias sociais de emancipação da classe trabalhadora, tais como o socialismo utópico, o anarquismo e o marxismo. Enquanto isso, no Brasil, os trabalhadores assalariados lutavam junto com os escravizados pela libertação destes. Para Matos (2009, p. 21), “este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação”. Esses grupos laborais, em condições sociais completamente distintas, compartilharam valores, experiências de trabalho e de vida. Essa experiência foi importante para a organização de formas de associativismo e novos padrões de mobilização e luta.

Até a abolição da escravidão, em 1888, os trabalhadores escravizados estavam proibidos de se organizar em associações coletivas. Restavam-lhes as organizações clandestinas, mobilizadas pelo movimento abolicionista. Havia uma exceção para os trabalhadores escravizados: “Era permitido pertencer a irmandades, sociedades católicas que reuniam devotos de um santo padroeiro, funções de apoio aos membros (‘irmãos’), como o auxílio em caso de morte, para que a família custeasse o funeral” (MATOS, 2009, p. 21). A Igreja Católica era vista pelo poder público como uma insti-



Capas de diferentes edições do livro *A década 20 em Pernambuco* (1972), de Souza Barros, que foi contemporâneo de Cristiano Cordeiro e, por isso, apresenta em sua obra citações diretas de ditos e escritos dele, resultado de conversas e epístolas

tuição que não possibilitaria ações consideradas subversivas. Assim, o Estado permitia a organização de escravos nas irmandades amparadas por ela.

Os trabalhadores livres, que não estavam submetidos às mesmas restrições impostas aos escravizados, podiam se organizar em associações mútuas, sociedades de ajuda mútua sem vinculações com a Igreja. Essas associações tinham o objetivo de formar uma caixa de contribuições para auxiliar os associados nos casos de doença, invalidez ou morte. Muitas dessas associações tinham um caráter profissional e reuniam trabalhadores da mesma empresa, do mesmo ofício ou profissionais aglutinados (MATOS, 2009). Ainda no século XIX, essas associações passaram a assumir funções que foram além da ajuda mútua e representavam os interesses de classe dos seus associados, inclusive fazendo greve.

Matos (2009) informa que a primeira greve que conseguiu identificar no Brasil, nos textos que analisou em sua pesquisa, foi a greve dos compositores tipógrafos de três jornais diários que circulavam no Rio de Janeiro, em 1858. De acordo com Rossi e Gerab (2009), a partir de 1880 as greves começaram a proliferar no Recife, em São Paulo e no Rio de Janeiro, principais cidades operárias do país naquele momento. Eles observam que o sindicalismo, como expressão de organização da luta dos trabalhadores, é fruto da experiência adquirida nas lutas contra a exploração dos patrões. Tanto Matos (2009) quanto Rossi e Gerab (2009) apresentam, em suas análises, o desenvolvimento do movimento operário como um fenômeno histórico. Ou seja, como fruto da ação de homens em condições sociais análogas, compartilhando valores e experiências de labor e de vida e avançando em suas formas de organização. Apesar disso,

reivindicações de caráter mais amplo eram também colocadas, porém a limitação dessas reivindicações constituía decorrência da própria estreiteza do meio e da rea-

ção das classes conservadoras que ainda não se tinham acostumado ao regime legal de banimento da escravatura. Muitos dos patrões tinham sido senhores de escravos ou acostumados a essas formas degradantes de imposição e de domínio sem restrições (BARROS, 1972, p. 91).

O Brasil do início do século XX ainda se encontrava culturalmente atrelado às práticas do Brasil do século XIX. As práticas do período escravista encontravam-se bastante presentes nas relações industriais e políticas.

E. P. Thompson, analisando a formação da classe operária inglesa, afirma que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer”. Para o autor, o termo a ser empregado para designar essas experiências é *classe*, no singular, e não *classes*, no plural. *Classes trabalhadoras*, além de ser uma expressão pouco descritiva, “reúne um amontoado de fenômenos evasivos” (THOMPSON, 1987, p. 9). Ele entende classe como

um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como “uma estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p. 9, grifos originais).

Ou seja, a classe, na condição de fenômeno histórico, unifica acontecimentos a partir das experiências e da consciência gerada por eles. Ocorre nas relações humanas, e não fora delas. Por isso, reafirma-se, é um fenômeno histórico. Ele continua:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

A classe acontece quando alguns indivíduos sentem e articulam seus interesses contra indivíduos com interesses manifestamente opostos aos seus. Essa experiência se concretiza pelas relações de produção, e a consciência de classe é o tratamento dado a essas experiências em termos culturais, ou seja, nos valores, ideias e nas próprias instituições. Nesse sentido, se a classe é determinada pelas relações de produção, a consciência de classe não é.

Para Matos (2009), o momento-chave para a constituição do movimento operário e da própria classe trabalhadora no Brasil é a República Velha (1889-1930). Porém,

ele classifica a formação da classe trabalhadora do país, naquele momento, como um processo bastante complicado. Sobretudo porque a participação do operariado industrial ainda era muito pequena em relação ao conjunto da força de trabalho. Isso se devia ao fato de a participação da indústria na economia, além de pequena, depender do investimento de capitais oriundos de outros setores, como o comércio importador e atacadista, no Rio de Janeiro, e a produção de café, em São Paulo.

Outro aspecto ressaltado por Matos (2009), pensando em termos de política partidária, é a baixa participação política dos trabalhadores nos processos eleitorais. A proibição do voto imposta aos analfabetos, às mulheres e aos menores de 21 anos restringia o número de eleitores e, conseqüentemente, a ação política dos detentores da força de trabalho. Restavam então a esse grupo social, como forma de pressionar as oligarquias regionais de grandes proprietários, que dominavam a política eleitoral, os protestos coletivos violentos e os sindicatos. Ainda assim, não faltaram iniciativas no sentido de canalizar essas novas formas de organização para a política partidária. Nesse sentido, ao longo de toda a República Velha, partidos operários foram sendo criados, alguns tendo curta duração, e tentaram encaminhar reformas legais que beneficiassem a classe trabalhadora.

No contexto mais amplo, podemos analisar esse período em um quadro geral de crise do setor primário-exportador, de impasses na política econômica, de emergência da indústria e de novas formas assumidas pela questão regional na constituição do mercado de trabalho e de consumo. Associada a isso, temos a emergência de novos atores políticos: a classe operária, as camadas médias urbanas, militares etc. O resultado foi o surgimento de novas ideias, que se expressavam no campo da política, e de outros aspectos da vida social e cultural do país.

Segundo De Lorenzo e Costa (1997, p. 8), “tem sido geralmente reconhecido pela historiografia que as mudanças ocorridas na década de 1930, particularmente no plano da economia e da política, foram decisivas para moldar uma certa via de desenvolvimento capitalista para o Brasil”. Porém, as autoras consideram que revisar a década de 1920, num processo histórico de exploração da própria gênese da modernidade, contribui para situar o seu conteúdo nas mutações que ocorreram na vida material, no pensamento político e no plano cultural ainda nessa década. Ou seja, a década de 1920 foi marcada por mudanças estruturais na sociedade brasileira. Foi uma década simbólica na história política e cultural do país, por inaugurar “a gênese do Brasil moderno, com a introdução de procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações” (LAHUERTA, 1997, p. 93).

A fundação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922, estava, portanto, inserida como um dos elementos importantes no processo de transformações ocorridas na sociedade brasileira na gênese da sua modernidade. Tomando como referência os aspectos que compõem a gênese do “Brasil moderno”, na perspectiva de Lahuerta (1997), o Partido Comunista contribuiu com a introdução de procedimentos,

Tomando como referência os aspectos que compõem a gênese do “Brasil moderno”, o Partido Comunista contribuiu com a introdução de procedimentos, de hábitos, de ângulos de visão e de diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações de brasileiros

de hábitos, de ângulos de visão e de diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações de brasileiros.

Sobre a fundação do Partido Comunista, Rossi e Gerab (2009, p. 29) afirmam que

no campo da organização político-partidária, aos avanços dos trabalhadores, é fundado, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), fruto da confluência de diversas tendências libertárias, que tinham como referência o surgimento e consolidação de uma [...] classe operária no Brasil.

Ou seja, para os autores, a fundação do Partido Comunista representou a consolidação e o avanço da organização político-partidária de uma classe operária ainda em formação no Brasil. Em linhas gerais, é possível afirmar que o processo de modernização das relações de trabalho, iniciadas ainda no final do século XIX e consolidadas na década de 1920 e nas subseqüentes, exigia uma organização político-partidária do mesmo modo moderna.

Para Lahuerta (1997, p. 98), de certo modo, “o Modernismo, como adesão à mudança em todos os sentidos, não limitada à arte e à literatura, mas filosófica, política, social etc., vai sendo paulatinamente frustrado pelo caráter restaurador do processo inaugurado em [19]30”. Para o autor, ao longo desses anos, essa frustração em grande parte dos intelectuais combina-se, contraditoriamente, com uma enorme vontade de agir e um sentimento de impotência e isolamento diante do país que os inquieta, mas que eles não conseguem decifrar. Nesse sentido, o Partido Comunista — ao não aceitar o caráter restaurador do movimento de 1930 e continuar agindo politicamente, sobretudo nos sindicatos, e disputando eleições através da União Operária e Campo-

nesa — mantém os anseios modernistas de mudança nos elementos estruturadores da sociedade brasileira. Sendo assim, se o movimento de 1930 inaugurou um processo de “revolução passiva” ou de “revolução-restauração” (LAHUERTA, 1997, p. 102), os comunistas adotaram uma postura diferente da dos intelectuais analisados pelo autor. De acordo com Lahuerta (1997, p. 103):

as “pressões de baixo”, que durante os anos [19]20 pelejavam por direitos civis e sociais, exigiam maior participação política e moralidade no trato da coisa pública, envolviam difusamente a parcela urbana e letrada (ilustrada) da sociedade, confundindo-se com a expectativa de uma cultura moderna; essas pressões, mesmo sem conseguir ganhar organicidade (por seu “subjetivismo” voluntarista, messiânico, elementar), “arranhavam” a modorra da sociedade oligárquica, quase a instalar a urgência do novo, da mudança, do moderno.

O autor considera que o mesmo movimento que constrói estruturas coercitivas e centralizadoras de poder realiza “modificações moleculares” e incorpora demandas da sociedade civil, inclusive das camadas subalternas, reconhecendo-as como legítimas. Muitas das preocupações e dos problemas apresentados pelos opositores de Vargas foram, portanto, incorporados nas agendas e na própria estrutura do Estado. Por isso, ele considera o Estado Novo como o coroamento do ideal de modernização e de unificação política e cultural da prevalência do tema nacional, radicalizado na década de 1920. Considera, também, que a obra de modernização da sociedade brasileira “não resulta do dinamismo e do empreendimento da sociedade civil, mas tem no Estado o projeto da modernidade associado ao ideal de construção da nação” (LAHUERTA, 1997, p. 105).

Os elementos desse ideal de modernização apareceram em Pernambuco, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte fixadas por Getúlio Vargas, em 1933, de forma sistematizada, no programa “Trabalhador, ocupa teu posto”. A chapa, composta por Cristiano Cordeiro, Antônio Camillo, José Atanazio e José Clodoaldo, defendia, no programa escrito por Cordeiro, um conjunto de reformas políticas, econômicas e sociais, algumas das quais só consolidadas décadas depois e outras ainda não executadas completamente.

No programa “Trabalhador, ocupa teu posto”, Cordeiro defende: uma legislação de amparo ao trabalhador, uma década antes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de Vargas; a reforma agrária; a questão indígena, demonstrando preocupação com a forma como vinha sendo tratado o aldeamento; a questão da família e o combate à miserabilidade no país; a questão das mulheres, particularmente na defesa do divórcio; a questão dos negros; a liberdade política e o direito à livre manifestação partidária; a reforma no sistema de ensino, garantindo a difusão em larga escala da instrução primária e o acesso da classe trabalhadora aos cursos de instrução secundária e superior, além do enfrentamento da seca e de outros problemas relacionados à condição de vida dos trabalhadores, das suas famílias e das ditas minorias (ARAÚJO, 2011).

Em linhas gerais, tendo sido ou não usurpados pelo Estado Novo varguista, como defende Lahuerta (1997), os ideais de modernização da sociedade brasileira, elencados pelos autores até então analisados, estão presentes nas formulações e na ação do Partido Comunista do Brasil desde a sua fundação, particularmente no estado de Pernambuco, um dos centros operários da época. Nesse aspecto, entendemos que esses ideais não podem ser consignados a um agente em particular, pois, na práxis do Partido Comunista, representam um processo de construção coletiva. Porém, admitimos que Cristiano Cordeiro, objeto desta pesquisa, teve participação proeminente. Tanto na fundação do partido, de que participou como único delegado do estado no encontro de Niterói (RJ), quanto na sistematização desses ideais de modernização, quando apresentou à sociedade pernambucana o programa “Trabalhador, ocupa teu posto”.

3. CRISTIANO CORDEIRO: UM COMUNISTA PERNAMBUCANO

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922 e, no mesmo ano, posto na ilegalidade pelo governo de Epitácio Pessoa (CPDOC, 2021). Um dos seus fundadores foi Cristiano Cordeiro, eleito pelo Congresso de Pernambuco, em janeiro daquele ano, a partir de um grupo de comunistas fundado em sua casa. O seu nome foi escolhido para representar o estado, segundo contou em entrevista realizada pelo Cehibra, em 20 de maio de 1982. Assim, o Partido Comunista foi formado a partir de núcleos de várias cidades com grupos operários no Brasil daquele início de século:

o PCB foi o resultado de agrupamentos comunistas em alguns núcleos: São Paulo, Recife, Porto Alegre, Niterói, Rio de Janeiro e Cruzeiro, além de Santos e Juiz de Fora. Tendo alguma centralidade o Rio de Janeiro, onde aconteceram os primeiros congressos. Ao participarem isoladamente (em seus próprios estados) ou centralizando a fundação no Rio de Janeiro, os integrantes tiveram como rito o aceite [*sic*] das 21 teses do Komintern (III Internacional Comunista) (MENDONÇA, 2016, p. 129).

O próprio Cristiano, em carta registrada no livro de Barros (1972, p. 289), confere detalhes ao acontecimento:

O primeiro congresso realizou-se no Rio, Niterói, nos dias 25 e seguintes de março daquele ano [1922]. No Rio de Janeiro, a reunião do dia 25 foi na casa de uma das tias de Astper (Astrojildo Pereira); outra, no Sindicato dos Alfaiates, e a outra no Sindicato dos Metalúrgicos, salvo engano quanto a este último. Mas, no Recife, houve somente uma reunião para fundação do Centro. Lavrou-se uma ata (por muito tempo, conservei-a nos meus esparramados arquivos...), com a assinatura dos participantes, que se manifestaram de acordo com os 21 pontos de adesão à III Internacional.

O Partido Comunista do Brasil, quando foi fundado, em 1922, já estava inserido em uma estratégia de expansão da III Internacional Comunista. Em Pernambuco, as 21 teses do Komintern foram, de imediato, aceitas na reunião de fundação

que elegeu Cristiano Cordeiro delegado para o Congresso de Niterói (RJ). Sobre esse congresso, Cordeiro lembra-se de terem sido realizadas três reuniões distintas, sendo uma delas na casa do próprio Astrojildo Pereira.

Segundo Mendonça (2016), Pernambuco participou desse congresso com o maior grupo de fundadores, cerca de 30 participantes, na reunião realizada na casa de Cordeiro. O desafio imposto ao novo partido em Pernambuco e nos demais estados era manter a coesão doutrinária, já que poucos dos seus fundadores tinham tido contato com as teorias marxistas, e estabelecer princípios e diretrizes para a propaganda comunista no país. Porém, diferentemente do que aconteceu em outros países, no Brasil o partido não conseguiu logo no início grande adesão. Além disso, a extensão do país, as diferenças regionais e a pouca presença no movimento sindical fizeram com que, no primeiro momento, o foco da organização se voltasse para a reflexão teórica, buscando compreender o seu lugar na interpretação da modernidade brasileira.

Sobre a fundação do Partido Comunista do Brasil em Pernambuco, Cristiano Cordeiro relata:

O primeiro grupo foi fundado na minha casa, na rua da Concórdia, 914, em primeiro de janeiro de 1922, lembro-me bem. O congresso foi em março, fui delegado, esse grupo escolheu-me. Eu realmente fui um organizador, o ativista mais interessado, era indicado para isso. Os outros, não digo que não tivessem a minha experiência, mas faltava-lhes essa boa vontade (CORDEIRO, 1982, p. 9).

Cristiano Cordeiro, portanto, foi o principal entusiasta da fundação do partido no estado. Naquele momento, fez a opção de viver pela causa partidária, respeitando as decisões do partido e se apresentando, de “boa vontade”, como comunista. Demonstrava sensibilidade com a realidade das camadas mais pobres e entendia que o acesso dessas pessoas à vida social só seria possível por meio de transformações profundas na estrutura da sociedade brasileira.

Foi no engenho de minha madrinha, casada com meu tio Cristiano, no município de São Lourenço da Mata. Num passeio lá no engenho, na hora do crepúsculo, já estávamos de volta para a casa-grande — a minha madrinha visitava os moradores — quando um velhinho, com idade bastante avançada, vestido até com uma roupa feita com saco de açúcar, trazendo no ombro um embrulho qualquer, muito pobrezinho, passou, deu-nos as saudações da “Ave Maria”, porque eram seis horas da tarde, mais ou menos, abriu a porteira e passou. A minha madrinha, então, deu-lhe um grito, chamou-o e fez-lhe uma censura grossa, umas coisas desagradáveis para o velhinho, não é? Enfim, mostrou que ele deveria esperar que a senhora de engenho passasse... (CORDEIRO, 1982, p. 1).

A memória coletiva se constrói, segundo James (2004), por meio de vários dispositivos: mitos públicos, relatos fundadores, acontecimentos com potencial transfor-

mador crucial etc. Mas, quando contextualizada, a exposição oral alude a um nível de experiência muito mais tangível e habitual. O testemunho oral permite abordar a questão da agência e da subjetividade na história. Em seu depoimento ao Cehibra (CORDEIRO, 1982), Cristiano Cordeiro traz uma reminiscência da infância, em que um pobre velhinho é humilhado por sua madrinha aristocrata. A esse evento, carregado de subjetividade, ele se refere como um fator definidor da sua história de vida e dos seus posicionamentos político-ideológicos futuros. Ao relatar essa história, Cristiano Cordeiro demonstra ter tomado conhecimento da estrutura de classes do Brasil muito cedo, ainda criança. Nesse episódio, ele nos dá indícios de sua origem social ao mesmo tempo que demonstra empatia com os oprimidos. Mais tarde, com os primeiros contatos com as ideias anarquistas e, posteriormente, com sua adesão ao marxismo, o que o levou a participar da fundação do Partido Comunista, dedicou-se a construir a luta revolucionária no país.

Aproxima-se, portanto, do que afirma Loureiro (2005, p. 28) sobre Rosa Luxemburgo:

Rosa tinha plena consciência de que esse ser humano total só poderia realizar-se numa sociedade em que houvesse justiça, paz, igualdade — numa comunidade humana autêntica que, para ela, significava socialismo. E este só poderia ser construído pela “luta de classes revolucionária do proletariado”. Daí o dever de dedicar-se à revolução.

No pensamento de Rosa, a comunidade humana autêntica significava socialismo. Do mesmo modo, o entendimento da importância de se dedicar à revolução compreendia, para Cristiano Cordeiro, contribuir na efetiva organização dos trabalhadores. Seria na participação partidária a materialização dos seus pensamentos: “eu sempre pensei nisso, não digo que fosse decisivo, mas aquilo feriu fundo a minha sensibilidade de criança, já, talvez, com tendência a seguir essas ideias de libertação, de cooperação” (CORDEIRO, 1982, p. 2).

Naquilo que podemos conferir às contribuições de um intelectual orgânico, concordamos com Gramsci (1982), que considera o partido político como um espaço para aglutinação e formação de intelectuais orgânicos. Antes de introduzir a biografia de Cristiano Cordeiro, apresentamos aqui o que escreveu Gramsci (1982, p. 15) sobre partidos políticos e intelectuais, por considerarmos uma síntese do que se verificará em seguida:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isso que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a



Cristiano Cordeiro (sinalizado), aos 26 anos, integra o grupo de fundadores do Partido Comunista do Brasil. Na foto, ele segura o livro ata do Congresso de fundação

terra, ainda que alguns aspectos dessas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. Para essas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontra seu quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social e econômico superam esse momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Essa função do partido político apareceria com muito maior clareza mediante uma análise histórica concreta do modo pelo qual se desenvolveram as categorias orgânicas e as categorias tradicionais dos intelectuais, tanto no terreno das várias histórias nacionais quanto no do desenvolvimento dos vários grupos sociais mais importantes no quadro das diversas nações; notadamente daqueles grupos cuja atividade econômica foi sobretudo instrumental.

Cristiano Cordeiro nasceu em Limoeiro, cidade do agreste pernambucano, em 23 de maio de 1895. Filho mais velho de José Cordeiro, juiz municipal de Caruaru, e Olindina Coutinho Cordeiro, tinha 9 anos quando seu pai faleceu. Estudou no Colégio Nove de Janeiro, na rua do Hospício, em Recife. Nesse período, morava na rua do Rosário da Boa Vista, em Recife. Fez o curso de Madureza, no Ginásio Pernambucano, e obteve o diploma de bacharel em Ciências e Letras, ingressando no curso de Direito em 1913 e o concluindo em 1918. Participou indiretamente da chamada “Revolução de 1911”¹ e, em 1915, ingressou no serviço público, na Fazenda estadual.

¹ Trata-se da disputa entre Rosa e Silva e Dantas Barreto para o governo do Estado, em 1911. Após a contagem dos votos, foi anunciada a vitória de Rosa e Silva no pleito. O grupo político de Dantas Barreto não aceitou o resultado, o que gerou conflitos armados em várias áreas do Recife. Após recontagem dos votos, foi reconhecida a vitória de Dantas Barreto.

Recife despontou nas primeiras décadas do século XX como um espaço de aglutinação industrial e, como consequência, operária

Sua inclinação socialista foi se construindo ainda na juventude. Ao sair da faculdade, ajudou na formação de sindicatos. Conforme Cristiano Cordeiro (CORDEIRO, 1982, p. 5):

Porque antes dos sindicatos, havia aqui organizações operárias chamadas “beneficentes”. Um deles [operários] disse-me uma vez: “O senhor quer ser membro dessa sociedade?” “É bom? O que promove?”, quis saber. “Faz enterro, dá funeral, dá o luto para os operários”, respondeu-me. Eu fundei o sindicato, que foi outra coisa, uma organização que tem como objetivo trabalhar pelos direitos do operariado, legitimando a organização, trabalhando pelas conquistas de novos direitos cada vez mais. Aqui dei minha cooperação.

Cristiano Cordeiro atuou na organização dos sindicatos com o objetivo de garantir mais direitos aos trabalhadores. Ele registra que, antes dos sindicatos, as associações beneficentes limitavam-se a garantir enterro, funeral e luto para os operários. Por isso, enfatiza que o sindicato legitima a sua organização através da conquista de novos direitos.

As mudanças nas entidades ligadas à luta dos trabalhadores estão associadas a um processo de evolução nas relações de trabalho próprias da modernização das forças produtivas em curso no Brasil desde o final do século XIX. Mesmo sendo incipientes essas entidades, e ainda que só viessem a se consolidar nas décadas posteriores a 1930, o significado da modernidade expressava-se a partir desse novo tipo de organização. A concepção de sindicato de Cristiano Cordeiro coaduna-se com a de Lênin (1979, p. 32):

A organização é necessária à greve, a fim de levá-la a cabo com êxito, para efetuar coletas em benefício dos grevistas, para criar fundos monetários operários e para realizar agitação entre os operários, difundindo entre eles volantes, avisos, manifestos etc. A organização é ainda mais necessária para defender-se das perseguições policiais, para resguardar todas as associações dos operários e todas as suas relações, para organizar a distribuição de livros, folhetos, jornais etc. entre os operários. Ajudar em tudo isso é a segunda tarefa do partido.

A narrativa de uma história de vida, de acordo com Thompson (1992, p. 303), não precisa apresentar necessariamente uma biografia individual. “Em casos importantes, ela pode ser utilizada para transmitir a história de toda uma classe ou comunidade, ou transformar-se num fio condutor ao redor do qual se reconstrua uma série extremamente complexa de eventos.” A participação de Cristiano Cordeiro na gênese do movimento sindical em Pernambuco reflete, justamente, uma dessas séries com-

plexas de eventos. A formação dos sindicatos e a participação nesse tipo de organização desenvolvem uma consciência política coletiva. Naquele período, os trabalhadores estavam submetidos a uma situação em que não tinham nem poderiam ter horas de lazer e descanso, muito menos a possibilidade de refletir e participar das decisões políticas. Até meados do século XX, no Brasil, analfabetos, mulheres e menores de 21 anos eram proibidos de votar, como anteriormente apresentado. Os sindicatos e as suas formas típicas de organização, protestos e greves transformaram-se, então, em importantes instrumentos de pressão política da classe trabalhadora.

Cristiano Cordeiro e José Elias contribuíram na formação do sindicato de estivadores, empregados da construção civil, carvoeiros, trabalhadores do porto, alfaiates e outros. Elias era pernambucano, radicado no Rio de Janeiro, participou do II Congresso Operário Brasileiro (COB), realizado em 1913, e veio ao Recife em 1914, orientado pelo congresso (BARROS, 1972, p. 83), para contribuir com a fundação de sindicatos no estado e fundar uma federação de trabalhadores. Sobre ele, Cristiano aponta:

Um homem que não tinha curso superior, mas era um orador de mão cheia, mais que um orador, um conferencista, um homem extraordinário. Ele já morreu. Fui com ele assistir às suas conferências e dei a minha cooperação para a fundação dos sindicatos (CORDEIRO, 1982, p. 5).

Cordeiro elogia as qualidades oratórias de Elias e situa a forma como eram organizados os sindicatos. A ação não se encontrava dissociada da reflexão acerca da consciência de classe e da importância de tratar isso nas organizações sindicais. A concepção de Rosa Luxemburgo presente em Loureiro (2005, p. 31) sobre o poder das massas aproxima-se da de Cristiano Cordeiro:

O partido tem por função esclarecer, explicar, pois ele possui a visão de conjunto do processo de desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, do lugar que nele ocupa a classe revolucionária. Mas o partido não pode agir no lugar das massas, não pode substituí-las, como se fosse um pequeno exército bem treinado que, na hora combinada, derruba o poder constituído e ocupa o seu lugar.

O pensamento comunista que segue essa linha de raciocínio diz muito sobre sua visão de mundo e como o intelectual que pensa dessa forma age no mundo. Cristiano Cordeiro defendia a ideia de avanço da sociedade:

No que diz respeito à questão social, eu sou inteiramente favorável a uma mudança de regime, sou favorável ao socialismo, sou pela realização do socialismo. O partido é comunista, vai além do socialismo, é um pouco mais avançado. Em princípio, será o socialismo, não propriamente o comunismo, ainda, porque o comunismo é o ponto mais alto. Poderia até avançar muito e dizer que seria um cristianismo complexo. Noutro dia, estive vendo aqui — tenho uma neta católica e ela me deu um conceito de propriedade dos primeiros cristãos. É isso o que os comunistas pregam hoje: em vez de propriedade privada, a propriedade coletiva, a socialização da propriedade. Isso está lá nos “Atos dos apóstolos” (CORDEIRO, 1982, p. 6-7).

Segundo Thompson (1992, p. 307), “grande parte da evidência oral oriunda da experiência pessoal direta — como um relato sobre a vida doméstica em determinada família — é preciosa exatamente porque não pode provir de nenhuma outra fonte”. No trecho acima, Cristiano Cordeiro, ao relatar a convivência com a neta católica, fala sobre as suas inclinações religiosas e o valor político que atribui a elas. Se por um lado essas inclinações podem afastar um intelectual marxista de princípios do materialismo histórico e dialético, por outro lado são elas que justificam os seus anseios por mudanças nas estruturas sociopolíticas e econômicas da sociedade. No seu entendimento, o socialismo seria uma etapa necessária para chegar ao comunismo. E esse último momento seria algo que se assemelha ao que ele define por “cristianismo complexo”. Com isso, ele reafirma suas posições marxistas, porém não se reconhece como um “marxista ortodoxo”. Ao defender uma ideia de transcendência religiosa ao citar os “Atos dos apóstolos” e o conceito de propriedade dos primeiros cristãos, não se alinha de forma literal e automática ao materialismo marxista. Contudo, mantém em seus anseios de sociedade futura a ideia de socialização da propriedade privada dos meios de produção, princípio basilar da literatura marxista.

Organizar os trabalhadores, lutar por leis que abrangessem direitos ainda inexistentes e debater as contradições do sistema capitalista estavam na ordem do dia de Cristiano e do Partido Comunista do Brasil.

Sua defesa do partido se refletia em suas ações. Em 1923, Cristiano Cordeiro convidou intelectuais simpatizantes das ideias comunistas para refutar Aníbal Freire, professor de Direito que havia retornado da Europa afirmando o fim do socialismo por lá. Ele havia realizado duas conferências na Faculdade de Direito sobre esse tema. Para se contrapor, Cristiano convidou Mário Melo, diretor do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), para dar o aval à réplica. E intitulou a conferência de *Doutrina contra doutrina*, em homenagem à memória de Sylvio Romero, autor do livro de mesmo título sobre o desenvolvimento das ideias positivistas no Brasil. Sua postura incomodava o *status quo*, causando-lhe um exílio iniciado em 1938, após a instauração do Estado Novo de Vargas no Brasil.

Puseram-me dentro de um navio, sem aviso prévio, no governo de Agamenom Magalhães [interventor de Vargas em Pernambuco], que tinha como chefe de polícia Etelvino Lins. Eu ia para casa quando fui posto dentro de um automóvel e conduzido para um navio que estava aqui, fiquei no porão. Fui mandado para Santos, mas, no Rio de Janeiro, houve uma avaria no navio e ele ficou no porto. Fui conduzido para dormir no xadrez, na polícia do Rio. No dia seguinte, levaram-me para o Aníbal Benévolo, pequeno navio que foi posto a pique pelos alemães na guerra. Viajei nele, que ainda estava em poder do Brasil, para Santos, lá me largaram numa praça e eu tive de me virar. Eu lhe digo uma coisa: nunca perdi a noção do tempo ou do lugar, nem a calma, sempre aceitei isso, acho que foi porque merecia mesmo. Peguei a minha maleta e fui ao café de um português, tomei café e pedi a ele para ficar com a maleta enquanto eu ia saber onde ficava a estação de trem. Eu tinha a ideia de que alguns colegas meus

Em 1933, candidatou-se a deputado constituinte. Sob a legenda “Trabalhador, ocupa teu posto”, apresentou um manifesto de mesmo nome, tratando de temas como família proletária, divórcio (instituído legalmente apenas em 1977), instrução, seca, legislação social, causa indígena e terra

estavam em São Paulo, e ia procurá-los para ver se encontrava um meio de vida, não podia deixar de trabalhar para ter os meios materiais (CORDEIRO, 1982, p. 11).

Apesar de sua abnegação à causa partidária, a ponto de ter sido exilado do estado onde nasceu, em 1946, foi expulso do partido. Anos depois foi reintegrado ao partido pelo próprio Luiz Carlos Prestes, sem nunca ter vacilado na defesa do socialismo por onde estivesse. Tendo iniciado sua vida profissional na administração fazendária em Pernambuco, foi revisor no *Diário dos Fatos* e professor de Francês do primeiro ano no Liceu São Paulo, em Santos, professor de Português no Liceu de Goiás por quase dez anos e professor de Direito do Trabalho ainda na fundação da Faculdade de Direito de Goiás. Sobre este último posto, a cadeira tinha o nome de Direito Industrial, mas por uma defesa sua e instruções posteriores da capital federal, à época o Rio de Janeiro, passou a se chamar Direito do Trabalho: “fiz essa bravata e fiquei com prestígio na faculdade” (CORDEIRO, 1982, p. 13).

Para Cristiano Cordeiro, o socialismo não é só uma atitude intelectual, é também moral, e fazia parte de sua personalidade. Rosa Luxemburgo ilustra um pouco essa postura:

Com homens preguiçosos, levianos, egoístas, irrefletidos e indiferentes não se pode realizar o socialismo. A sociedade socialista precisa de homens que estejam, cada um em seu lugar, cheios de paixão e entusiasmo pelo bem-estar coletivo, totalmente dispostos ao sacrifício e cheios de compaixão pelo próximo, cheios de coragem e tenacidade para ousarem o mais difícil (LUXEMBURGO, 1918 apud LOUREIRO, 2005, p. 61).

É necessário o pensamento voltado para a ação e vice-versa. Um comunista não nasce em um dia. Ser comunista é trabalho para a vida inteira. Cristiano Cordeiro sabia disso. Em obra escrita por Barros (1972), o próprio Cristiano Cordeiro aparece em vários momentos, com contribuições textualmente citadas pelo autor. Na primeira delas, apresenta uma maneira própria de definição de liderança:

Acho muito difícil apontar um líder político na época [década de 1920] (e você quer três): onde não há propriamente correntes de opinião bem definidas; onde a política só apresenta, como a moeda, duas faces: cara ou coroa, isto é, governo e oposição; onde o partido de Agamenon Magalhães e de Lima Cavalcanti, ao encerrar-se a década, toma arbitrariamente a denominação de PSD (o mesmo partido de Lênin até 1917...) e se apoia nos elementos mais retrógrados da política do coronelismo e do canção; *líder* é aquele que empunha o ferrão e conduz o rebanho... (CORDEIRO apud BARROS, 1972, p. 40, grifos originais).

Sua definição de líder no período de 1920 não comporta ele próprio, por entender-se mais como um militante convicto do que como uma liderança, que de fato era. Sua contribuição política para o cenário nacional e pernambucano talvez nunca tenha sido percebida ou valorizada por ele próprio, principalmente pelo fato de, conforme ele mesmo afirma, não ter atingido meta social nenhuma, apesar de ter sido bem-intencionado em sua ação para melhorar a situação do operariado e do povo em geral (CORDEIRO, 1982, p. 6).

Foi com essa intenção que Cristiano Cordeiro, em 1933, candidatou-se a deputado constituinte. Sob a legenda “Trabalhador, ocupa teu posto”, apresentou um manifesto de mesmo nome, tratando de temas como família proletária, divórcio (instituído legalmente apenas em 1977), instrução, seca, legislação social, causa indígena e terra (CORDEIRO, 1982, p. 17). Sobre este último ponto, declarou que, “no Brasil, nenhum partido político, a não ser o PCB, abordou no seu programa as exigências de reforma agrária” (BARROS, 1972, p. 38). Para Cristiano Cordeiro, a reforma agrária é uma necessidade fundamental. Ainda hoje leio nos jornais, até os católicos estão favoráveis, interessados na reforma agrária. O Brasil ou faz uma ou nunca será um país desenvolvido. Ali no sertão há os boias-frias, aquilo não é humano, não é humanidade o que vemos por aí. Então, vamos humanizar o homem brasileiro. A reforma agrária é o ponto básico. Pode não ser radical, logo de início, mas tem-se que começar (CORDEIRO, 1982, p. 17).

Ao perceber a adesão ao tema da reforma agrária por outros grupos além dos comunistas, Cristiano Cordeiro parece demonstrar esperança em sua fala. O sentimento de modernidade passa na década de 1920 por um sentimento de humanização do povo brasileiro nos setores que efetivamente viam no socialismo a solução para as contradições implantadas pelo capitalismo. Para isso, o próprio povo deveria tomar consciência de sua condição, de seu papel, e assumir a vanguarda na luta pela melhoria da sociedade. Ou, nas palavras de Rosa Luxemburgo: “A massa do proletariado é chamada não só para fixar claramente o objetivo e a orientação da revolução, mas também para que ela mesma, passo a passo, através da sua própria atividade, dê vida ao socialismo.” (LUXEMBUGO apud LOUREIRO, 2005, p. 63)

Por fim, embora tenha contribuído direta e indiretamente com a fundação e existência de um partido que prima pela formação de intelectuais, não se identificava

como um. “Não me considero [um teórico] porque acho que a minha evolução não é bastante, eu li um bocado, mas minha vida foi muito perturbada...” (CORDEIRO, 1982, p. 15). O poder da leitura é por ele subestimado, embora as informações anteriormente trazidas aqui demonstrem sua capacidade que ultrapassa uma ação passiva.

Cristiano Cordeiro, ao longo de sua vida e participação no partido, atuou de maneira significativa para a concretização do “binômio escrita-leitura”, tornado inclusive em prática. Foi assim que elaborou o Centro de Estudos Sociais, em 1919, escreveu textos para a revista *Movimento Comunista*, reunidos no livro *Memória e história*, volume 2, em 1982, foi um dos fundadores do Centro de Estudos Marxistas, considerava anarquismo, socialismo e comunismo contribuições do espírito humano, buscava conciliar cristianismo e socialismo, proferiu conferência intitulada *Doutrina contra doutrina*, em 1922, e acreditava na educação como instrumento para a revolução (MENDONÇA, 2016). Em resumo, foi um intelectual que leu, escreveu, proferiu, organizou e contribuiu efetivamente com o pensamento da modernidade brasileira.

Foi um intelectual que leu, escreveu, proferiu, organizou e contribuiu efetivamente com o pensamento da modernidade brasileira

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento sobre o chamado “Brasil moderno” instaurado nos anos 1920 não pode ser apresentado sem levar em consideração a diversidade do país. Nossa compreensão se aproxima daquela de De Lorenzo e Costa (1997), ao atribuírem à expressão um caráter “polêmico”. Para alguns autores, a Semana de Arte Moderna de 1922 inaugurou no Brasil o sentimento de modernidade. Por isso, alguns a tomam como marco simbólico. Do ponto de vista da organização dos trabalhadores, podemos indicar a fundação do Partido Comunista do Brasil como outro marco simbólico representativo dessa modernidade.

As transformações trazidas pela modernização econômica e que refletiram as mudanças de organização dos trabalhadores, culminando com a fundação do Partido Comunista do Brasil, foram consideradas na elaboração deste artigo. Assim, nos questionamos acerca deste último episódio e da atuação de Cristiano Cordeiro como elementos de modernização da sociedade. Partimos da ideia de que o Partido Comunista do Brasil e seus membros foram agentes efetivos dessa modernidade.

Diferentemente da Europa, o Brasil passou por uma realidade laboral de 300 anos de escravidão. Mesmo finda esta, em 1888, as relações de trabalho eram ainda entendidas pelos padrões daquela forma histórica. O fim da escravidão e a emergência do Estado republicano não foram suficientes para acabar com uma cultura de tantos

séculos. Apenas com o processo de industrialização e urbanização essa realidade começou a mudar.

Ainda na escravidão, trabalhadores livres iniciaram suas organizações por meio de associações mutuárias, auxiliando-se em casos de doença, invalidez ou morte. Nesse caso, os trabalhadores se reuniam por categoria de trabalho, entendendo-se na condição de igualdade. A evolução disso foi a partir do entendimento de que, para além de se ajudar de maneira assistencial, eles poderiam também representar seus interesses. O resultado seriam as primeiras greves no Recife, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Recife despontou nas primeiras décadas do século XX como um espaço de aglutinação industrial e, como consequência, operária. Estivadores, tecelões, metalúrgicos, padeiros, marceneiros, gráficos, trabalhadores do transporte urbano, ferroviários, caixeiros, categorias surgidas com o processo de industrialização e urbanização do Recife passaram a existir e se organizar. Como resultado, reivindicações e greves trazem um primeiro aspecto do que entendemos por modernização do país.

Congressos nacionais operários começaram a surgir nas primeiras décadas do século XX. O segundo deles, ocorrido em 1913, direcionou uma personagem ao estado de Pernambuco com o objetivo claro de organizar a classe trabalhadora em vários sindicatos, ministrando conferências e promovendo o sentimento de classe entre os trabalhadores. José Elias, pernambucano residente no Rio de Janeiro e que estava presente nesse congresso, foi o membro destacado para essa ação. Assim, ele e Cristiano Cordeiro atuaram juntos nesses primeiros anos de transformação das associações em sindicatos e da fundação de outros sindicatos.

O papel de Cristiano Cordeiro para a história do Brasil, do Partido Comunista do Brasil e de Pernambuco deve ser tratado com a importância de um intelectual que contribuiu de maneira teórica e prática na formação do “Brasil moderno”. Ele atuou diretamente na elaboração e criação do partido mais antigo em funcionamento no país nos dias de hoje, com formulação teórica e participação ativa nas discussões do grupo ideológico, tendo Prestes desconsiderado a saída dele do partido e o convidado a reingressar às hostes do Partido Comunista do Brasil. Assim como ele, considera-se que outros intelectuais em seus estados e cidades brasileiras enveredaram pela ideologia comunista e deram sua contribuição, não apenas na construção de um partido, mas na modernização do país de maneira ideológica e ativa.

Os trabalhadores dos mais diversos campos de atuação encontravam-se em Recife e, com isso, o pensamento de classe começa a se formar e se tornar objeto de debate. Cristiano Cordeiro desponta como um importante nome nos grupos de trabalhadores, mas também na formulação ideológica germinal do Partido Comunista do Brasil em Pernambuco.

A sua participação no que se entende por modernidade está na formação dos sindicatos e na fundação do partido. Ele foi um intelectual que contribuiu diretamente com o ideal de modernidade em que acreditava: a construção de uma sociedade

fraterna e igualitária, uma sociedade comunista. Embora não se considerasse um teórico, foi capaz de contribuir com formulações teóricas, conforme verificado em obra de Barros (1972), na qual este define o conceito de liderança.

Ou seja, o sentido de intelectual assimilado, esclarecido anteriormente, aplica-se perfeitamente ao caso ora apresentado. Em resumo, a organização da classe trabalhadora em sindicatos e a fundação do Partido Comunista do Brasil confundem-se com a própria trajetória de militância de Cristiano Cordeiro. Com isso, considera-se sua atuação e participação como dotada de dimensão não apenas regional, no estado de Pernambuco, mas também nacional, por ter sido um dos delegados membros da fundação do Partido Comunista do Brasil, em Niterói. Cristiano Cordeiro foi, de fato, um comunista pernambucano que contribuiu para a formação do “Brasil moderno”.

* Doutora em Educação. Professora efetiva da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (PE).
E-mail: amcgondim@gmail.com

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da rede municipal de ensino de Olinda (PE) e da rede estadual de ensino de Pernambuco. *E-mail*: tenorio.edson65@gmail.com

► Texto recebido em 10 de outubro de 2021; aprovado em 4 de novembro de 2021.

AQUINO, Cely Bezerra. **A educação em Jaboatão nas mãos de um comunista (1947-1951)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ARAÚJO, Antônio Henrique da Silva. A lenda do Nordeste: o santo comunista. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA PERSPECTIVAS HISTÓRICAS: HISTORIOGRAFIA, PESQUISA E PATRIMÔNIO, 5., 2011, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em: <www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1003-1014.pdf>. Acesso em: 8 out. 2021.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco**: uma interpretação. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.

CORDEIRO, Cristiano. [Entrevista cedida a] Cristina Inojosa. **Cehibra**, 20 maio 1982. Recife: Fundaj, 1982.

CPDOC. **Partido Comunista do Brasil (PCB)**. FGV, 2021. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 8 out. 2021.

DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JAMES, Daniel. **Doña María**: historia de vida, memoria e identidad política. Buenos Aires: Manantial, 2004.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 93-114.

LÊNIN, Vladímir I. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Lech, 1979.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Elza Rodrigues Furtado de. **O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926)**: organização e resistência. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25123/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Elza%20Mariana%20Rodrigues%20Furtado%20de%20Mendon%c3%a7a.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2021.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.